**A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

 Débora Machado Ribeiro Lima¹

 Maria Luiza da Silva Leal²

 Maria Valentina Gonçalves³

 Ronize Siqueira da Silva4

**RESUMO**: A importância da família para o desenvolvimento infantil é um tema amplamente discutido e estudado nos últimos anos. Este trabalho tem como objetivo analisar a influência da dinâmica familiar no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. A pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica, que envolveu a análise de livros, artigos científicos e documentos relevantes. Verificou-se que uma dinâmica familiar saudável, pautada pelo afeto, comunicação aberta e suporte emocional, contribui para um desenvolvimento infantil mais positivo, com maior bem-estar, autoestima, habilidades sociais e desempenho acadêmico. Por meio da identificação dos fatores familiares que influenciam o desenvolvimento infantil, foi possível propor recomendações e estratégias para fortalecer o papel da família nesse processo. Conclui-se que investir no apoio à família é fundamental para promover um desenvolvimento saudável e integral das crianças.

**Palavras-chave:** Família. Desenvolvimento Infantil. Dinâmica Familiar. Habilidades Sociais. Intervenções.

**­­­­**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1 Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela UNOPAR –Universidade do Paraná

2 Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade INVEST

3 Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela UNIVAG - Centro Universitário de Várzea Grande

4 Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

# **INTRODUÇÃO**

A importância da família para o desenvolvimento infantil é um tema de extrema relevância que tem sido amplamente discutido e estudado nos últimos anos. A família é considerada o primeiro ambiente de socialização da criança, desempenhando um papel fundamental em sua formação e no desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais.

No contexto atual, com as transformações sociais e culturais pelas quais a sociedade tem passado, é essencial compreender como a família influencia o desenvolvimento infantil e quais os impactos que essa influência pode ter a curto e longo prazo.

O problema de pesquisa deste trabalho consiste em investigar de que forma a dinâmica familiar afeta o desenvolvimento infantil? Será analisado o impacto das relações familiares, dos estilos parentais, da comunicação e do suporte emocional fornecido pela família no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

Como possíveis respostas para o problema de pesquisa, hiposteniza-se que uma dinâmica familiar saudável, pautada pelo afeto, pela comunicação aberta e pelo suporte emocional, contribui para um desenvolvimento infantil mais positivo, com maior bem-estar, autoestima, habilidades sociais e desempenho acadêmico.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a importância da família para o desenvolvimento infantil, investigando as relações familiares, os estilos parentais, a comunicação e o suporte emocional fornecido pela família. Para alcançar esse objetivo, serão estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Identificar os principais fatores familiares que influenciam o desenvolvimento infantil; Analisar a relação entre os fatores familiares e o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças; Propor estratégias e recomendações para fortalecer o papel da família no desenvolvimento infantil.

A justificativa para a realização deste estudo reside na importância de compreendermos a influência da família no desenvolvimento das crianças, uma vez que essa compreensão pode fornecer subsídios para a promoção de intervenções e políticas públicas voltadas para o fortalecimento da família e para a melhoria das condições de desenvolvimento infantil.

A metodologia utilizada neste trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, baseada na análise de livros, artigos científicos e documentos relevantes que abordam o tema da importância da família para o desenvolvimento infantil. Serão realizadas buscas em bases de dados científicas, como PubMed e Scopus, utilizando palavras-chave relacionadas ao tema. A análise crítica dos estudos selecionados permitirá a construção de um embasamento teórico consistente sobre o assunto.

Ao longo deste trabalho, serão apresentadas as principais teorias e pesquisas relacionadas à importância da família no desenvolvimento infantil, bem como suas implicações práticas e recomendações para profissionais da área da educação.

# MODIFICAÇÕES DO CONCEITO E DA ESTRUTURA FAMILIAR

A significação da palavra família sofreu diversas modificações ao longo da história humana, variando, especialmente, de acordo com a sociedade observada e o período histórico analisado. A compreensão sobre família para a educação é fundamental, afinal este é a instituição que irá modelar os valores, ações e crenças de cada criança, em seu desenvolvimento.

 Destaca-se que nem sempre a concepção de família vigente atualmente foi pensada da mesma maneira. A fim de demonstrar essa transformação a autora Picanço (2012) realiza uma construção histórica sobre a relevância da família, em diferentes sociedades.

Na Roma Antiga, considerava-se a “família natural” à formada pelo casamento e os filhos que eram o fruto dessa união, para essa sociedade era imperativo apenas os vínculos de sangue na formação da família. Ademais, nesse período era comum que a maioria das estruturas familiares se baseia-se em diversas pessoas que se encontravam na família sujeitas a autoridade de um “chefe”, um homem que era o centro das relações familiares, constituindo uma conjuntura patriarcal (PICANÇO, 2012).

Ainda de acordo com Picanço (2012) na Idade Média tornou-se ainda mais importante o casamento na constituição da família, desvelou-se, de maneira mais evidente, a divisão em duas famílias: a originada por parte da mãe; e que era por parte de pai.

Mudanças estruturais originadas pela a Revolução Industrial provocaram um forte processo migratório para as cidades que possuíam os grandes centros industriais. Em um cenário de insalubridade, escassez de alimentos, salários baixos e trabalho servil; significou uma diminuição dos laços familiares, tornando-se mais comum que a família se reduzisse aos pequenos núcleos de convívio (PICANÇO, 2012).

Atualmente, tem-se modificações cada vez maiores na conformação da estrutura familiar e que decorrem de uma série de mudanças: na economia; no cenário político; nos costumes culturais; no pensamento social; nas crenças religiosas; e as próprias demandas de trabalho e emprego contemporâneas. De maneira resumida, acima dos laços sanguíneos; na contemporaneidade, têm-se que a afetividade é o principal constituinte da concepção de família, e principal elemento para validá-la (PICANÇO, 2012; CREPALDI, 2015).

Nos últimos anos vêm ocorrendo mudanças significativas na maneira como as famílias organizam a sua estrutura e dinâmica (SOUSA, 2012). A mulher, devido a um sistema patriarcal, era vista como única responsável pelos cuidados com as crianças e o lar; mas a emancipação feminina e a necessidade de buscar seu próprio sustento permitiram a ampliação dos papéis das mulheres em sociedade e ocasionou mudanças na conhecida organização da “família tradicional”.

Souza, Ramos e Silva (2012) demarca que as alterações se iniciam em meados dos anos 70 e infelizmente foram acompanhadas de alguns problemas. O núcleo familiar sofre com a ausência dos pais e a falta de acompanhamento na educação e disciplina dos filhos, a necessidade de buscar um emprego ou de preocupar-se com outras questões tornou-se mais urgente para os pais do que a própria educação.

A falta de cuidado, atenção e carinho é sentida pelas crianças, as famílias sentem dificuldade em empenhar-se para conseguir transmitir uma educação moral e ética para os filhos (SOUZA; RAMOS; SILVA, 2012). Por isso, essa é uma questão séria que impacta na maneira como ocorre o desenvolvimento infantil podendo as crianças sentirem-se desmotivadas e/ou desestimuladas para estudar. São tantas as obrigações que se impõe no cotidiano que os pais se tornam desapegados com as questões relativas ao convívio familiar, muitas vezes abdicando de momentos em família.

# A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA ESCOLA-FAMÍLIA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O primeiro ambiente que a criança terá contato quando iniciar sua vida em sociedade é a sua família, através dela será proporcionado conhecimentos fundamentais para o seu desenvolvimento seja no âmbito social, quanto no relacional, educacional e cultural. Através da família a criança irá adquirir informações sobre as normas sociais, as crenças e valores que orientam a vida em sociedade (CREPALDI; 2015).

De maneira similar Sousa (2012) traz uma afirmação interessante:

A primeira vivência do ser humano acontece em família, independentemente de sua vontade ou da constituição desta. É a família que lhe dá nome e sobrenome, que determina sua estratificação social, que lhe concede o biótipo específico de sua raça, e que o faz sentir, ou não, membro aceito pela mesma. Portanto, a família é o primeiro espaço para a formação psíquica, moral, social e espiritual da criança. (SOUSA, 2012, p.5).

A partir dessas considerações torna-se evidente que tanto a escola, quanto a família, possuem uma função de extrema relevância para que ocorra o desenvolvimento integral do educando. Por isso, é necessário que ambas as instituições trabalhem de maneira conjunta e cooperativa, a fim de alcançar o preparo social do jovem para atuar como cidadão do futuro (CREPALDI, 2015; SANTOS; TONIOSSO, 2014).

Essa disposição segue o recomendado pela própria Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988). Uma vez que ao dispor sobre as condições necessárias para a promoção da educação, o artigo 205 afirma que a mesma seria “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2003, p.122).

Ou seja, é normativo que a educação da criança em desenvolvimento, ocorra de maneira cooperada entre a família e escola. Mas para que isso ocorra é necessário que sejam delimitados, de maneira clara, os papéis que devem desempenhar na educação.

Como dito, a responsabilidade familiar é atrelada ao conceito de educação primária; ou seja, a de ofertar informações sobre os padrões sociais culturais, imbuindo comportamentais, símbolos sociais, língua materna e valores sociais valorizados nesse processo. Já a escola, possui uma missão de propagação da ciência, do saber que é sistemático; permitindo o acesso a diferentes áreas do conhecimento que são relevantes para que a criança seja uma cidadã do mundo (CREPALDI, 2015; SANTOS; TONIOSSO, 2014; OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Logo, apesar de cada uma possuir características específicas, elas não são instituições independentes, e sua relação é fundamental para que haja uma complementariedade na função de educar os jovens, preparando-os para que atuem de forma coesa e cidadã na vida social (CREPALDI, 2015; SANTOS; TONIOSSO, 2014; OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Ao contrário do que se pensam alguns docentes, a construção do conhecimento não acontece unicamente na escola, mas é resultado das aquisições feitas nos diversos meios sociais que as crianças interagem ao longo da sua vivência (SILVA; KAULFUSS, 2017). Portanto, em discussões teóricas, também se tornou evidente que é necessária uma atuação conjunta, da família e a escola, para que ocorra um processo de formação cidadã integral; afinal, ambas dividem as funções sociais, políticas e educacionais que são essenciais para o desenvolvimento das crianças (CREPALDI, 2015; SANTOS; TONIOSSO, 2014; OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Portanto, é evidente a necessidade de desenvolver uma parceria entre as instituições família e escola para garantir que o estudante possa ter um melhor desenvolvimento em todas as áreas de sua vida. O compartilhamento de experiências pode permitir a diminuição da sobrecarga imposta aos educadores, afinal muitas responsabilidades que antes pertenciam a família passam a ser incumbência da escola. A escola busca estratégias para se adequar as demandas sociais fornecendo até serviços em regime integral, mas que não são suficientes para suprir a falta da família (CREPALDI, 2015).

Mas são postos muitos obstáculos para que a educação brasileira possa selar a parceria com a família, voltada para o objetivo de proporcionar uma melhor educação para os alunos. Muitos gestores queixam-se que a maioria das famílias se demonstram apáticas e desinteressadas em participar do cotidiano escolar dos educandos, apesar das tentativas dos educadores a maioria dos pais apenas comparece nas reuniões e preocupa-se com o desempenho escolar do aluno (CREPALDI, 2015).

Brendler (2013) aborda questões importante para a discussão de como deve ser realizada o envolvimento dos pais na rotina educacional dos seus filhos. Para além de cobrar um determinado padrão de notas e observar o desempenho é necessário à sua presença nos momentos importantes como recitais, apresentações, musicais; além do compromisso em observar as atividades, o comportamento dos estudantes e colaborar para a superação das dificuldades apresentadas.

Os pais assumem funções quase exclusivas na educação. Eles podem impor limites quando os filhos apresentam um comportamento inadequado e podem acompanhá-los em especialistas que poderão colaborar para a superação das dificuldades de cognição, saúde, mental e educacional (BRENDELER, 2013).

Ademais, sem a participação dos responsáveis os professores sentem-se incapazes de orientar os alunos em questões fundamentais para a formação da personalidade e características pessoais (BRENDLER, 2013). Por isso, é necessários a realização de um intercâmbio de informações entre os pais e os docentes.

É tarefa da escola incorporar na aprendizagem dos alunos questões relativas à sua cultura e inserção social. Por isso, é tão necessária uma sintonia que facilite o alcance de resultados satisfatórios para todos, considerando a bagagem cultural, religiosa e social de cada aluno e dialogando em classe sobre as diferentes formas de existir no mundo e a necessidade do respeito em uma sociedade tão diversa (BRENDELER, 2013).

Não se deve confundir a escola com um depósito, nem os professores com cuidadores; o objetivo da escola é principalmente educar e os pais necessitam despertar para este cenário (CREPALDI, 2015). Sousa (2012) informa que as novas tecnologias vêm também assumindo responsabilidades que antes pertenciam aos pais, ao possuir uma dúvida e curiosidade os filhos passam a recorrer a Internet; enquanto os pais estão “na maioria do tempo, estes estão simultaneamente presentes e ausentes” (SOUSA, 2012, p. 7).

##

##  A CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA: CONTRIBUIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E RESPONSAVÉIS

A administração ou gestão pode ser entendida como a organização para a realização de determinadas finalidades, através da alocação responsável dos recursos disponíveis; independente da natureza do objeto administrado esse conceito se aplica. Paro (2010) explica que quanto maiores e complexos foram os objetivos a serem atingidos, maior é a necessidade de conseguir se organizar a instituição de ensino.

 As estratégias adotadas serão diferentes de acordo com o que está sendo administrado e com que objetivo, na educação a principal força motriz é capacitar jovens e crianças a se tornarem cidadãos competentes e éticos e também habilitado para atuar de maneira coesa e capacitada no mercado de trabalho (PARO, 2010).

Paro (2010) realiza o debate sobre a necessidade de discutir a relevância de as escolas atentarem-se para os parâmetros necessários para uma boa gestão. Quando são discutidas políticas educacionais, um dos principais enfoques do governo é atentar-se para o que poderá ser feito para organizar uma administração de qualidade.

Ademais, a própria população brasileira, influenciada por ideias difundidas na mídia, costuma a relacionar a má qualidade do ensino público a uma administração ineficiente ou incompetente das escolas. Assim, é rotineira a discussão de que uma gestão de excelência estará diretamente ligada com: melhores desempenhos educacionais, redução de desperdícios e otimização da disposição e emprego dos recursos, realizando de maneira mais racional (PARO, 2010).

Os autores Boschetti, Mota e Abreu (2016) defendem que a melhoria da gestão escolar poderá ser alcançada através da descentralização da administração, com objetivo de propor uma maior autonomia para que os pais, professores, educadores e gestores possam interagir para construir uma escola democrática, possuindo uma gestão participativa principal pilar para a melhoria do contexto educativo.

Sabe-se que permitir a abertura da gestão para a participação poderá ser uma tarefa muito árdua no contexto escolar, por implicar uma mudança da concepção de ensino e uma reforma nas ideias, posturas, autoritarismo e centralização da administração que são costumeiramente presentes. Podendo essa modificação ser provocada através de uma reflexão da direção de ensino sobre qual são as vantagens trazidas pela inovação (BOSCHETTI; MOTA; ABREU, 2016).

Diversas vezes, a população e a comunidade escolar defendem que todo o processo administrativo deve estar centralizado na figura do diretor que, no imaginário popular, deverá ser o único responsável pelas questões relativas a gestão e identidade escolar. A figura do diretor é atribuída uma supervalorização e aumento do número de atribuições, sendo um empecilho que impede o avanço das discussões sobre gestão democrática na escola e consequente diminuição do autoritarismo (PARO, 2010).

A urgência de repensar a figura autoritária do diretor é devido a consideração da existência de subjetividades pessoais do coletivo escolar, somente mediante ampla discussão que as questões pessoais de cada membro podem ser colocadas em pauta e alcançadas suas demandas, mediante o aumento da cooperação de todos na construção de um projeto coletivo (PARO, 2010).

Uma das formas que poderá se possibilitar a gestão democrática é através da construção de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) de qualidade. A publicação de Veiga (2014) traz uma reflexão sobre como deverá ser promovida a construção do PPP, para que o ambiente escolar seja um local de constante reflexão sobre qual a concepção almejada pelo projeto, e como ele se propõe a realizar e avaliar.

Um dos fatores que provocam a falta de participação de toda a comunidade escolar na construção do PPP é a sua compreensão como apenas mais uma atividade burocrática para ser realizada nas escolas; muitos diretores, apesar de não declararem, compreendem que essa é uma tarefa que deve ser cumprida apenas por obrigação, e ao ser finalizado deverá o PPP ser encaminhado as autoridades e arquivada (VEIGA, 2014).

O Projeto Político-Pedagógico é vivo! Sendo experimentado na construção quaisquer tarefas realizadas na escola, por isso deve permitir a participação de todos. O projeto é assumir um compromisso conjunto da comunidade escolar em torno de um interesse social, pedagógico e político (VEIGA, 2014).

Através da realização de ações democráticas, deverá ser possibilitado o compartilhamento de decisões que visem organizar a escola de uma maneira que seja possível superar os desafios e barreiras impostos no cotidiano. Através dessa organização poderá ser alcançada a eliminação de relações competitivas, extremamente burocráticas e impessoais (VEIGA, 2014).

 Veiga (2014) entende que dessa maneira será possível diminuir as relações de poder e hierarquia dentro do contexto escolar, permitindo a sensibilização dos profissionais para questões que envolve a fragmentação do poder de decisão.

A autora supracitada destaca que a gestão democrática é um princípio que está previsto na própria Constituição Federal, sendo urgente a sua adoção, afinal é também uma diretriz da elaboração do PPP. A sua adoção exige que seja interrompida a prática histórica na administração de escolar de ser autoritária, visando o debate de problemas impostos no cotidiano da prática da educação.

Ainda de acordo com Viega (2014) é objetivada a socialização do poder no contexto escolar, permitindo a participação coletiva e superação de uma estrutura que propaga a opressão e dependência da escola aos órgãos educacionais que buscam apenas o cumprimento das regras. A educação vai além de executar as normas, mas de aumentar a solidariedade e cooperação de todos em busca do objetivo em comum.

É importante ressaltar que a participação não visa apenas a inclusão dos profissionais de educação na tomada de decisões administrativas. Na gestão democrática o objetivo é incluir representantes de diferentes segmentos escolares nas decisões – a comunidade do entorno, pais, alunos, coordenadores e outros funcionários-, comtemplando as demandas de todos e permitindo o compartilhamento do controle sobre o processo de trabalho desenvolvido na escola; realizando decisões democráticas e transparentes (VIEGA; 2014; BOSCHETTI; MOTA; ABREU, 2016; PARO, 2010).

Gadotti e Romão (1988) traz a reflexão de que um dos principais desafios que se impõem na escola pública é a realizar a oferta de um padrão de qualidade para todos os alunos, respeitando a diversidade existente de culturas, contextos socioeconômicos e origem étnica. Por isso que é necessário uma visão global das demandas que permite a colaboração e responsabilização de todos pela inclusão na educação.

É necessário destacar que existem vários documentos legais que orientam a concretização da gestão democrática na educação, entre eles a Carta Magma, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional da Educação que prevê a participação da comunidade como uma diretriz fundamental (BOSCHETTI; MOTA; ABREU, 2016)

Ao longo desse texto, tornou-se evidente que não é simples a tarefa de conseguir consolidar a gestão democrática na escola, mas é necessária pois trata-se de uma atitude crítica que abala as estruturas de hierarquização dominantes e que visa a democratização do da administração escolar buscando a oferta de uma melhor qualidade no ensino através da inclusão de todos os membros pertencentes a comunidade escolar no processo de tomada de decisão (VIEGA; 2014; BOSCHETTI; MOTA; ABREU, 2016; PARO, 2010).

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante a construção desse trabalho tornou-se evidente que a família possui um papel fundamental na educação de crianças e adolescentes, de forma que a exclusão dessa instituição do processo de ensino-aprendizagem do contexto escolar é uma atitude autoritária e que já não se adequa mais as demandas de formação contemporâneas

Para propor um sujeito formado em uma perspectiva crítica, libertadora e significativa é preciso que os professores incorporem conteúdos que os estudantes observam na sua vivência como parte integrante das temáticas de ensino. Muitas das vezes os temas que surgem são levantados de aspectos do seu convívio social e familiar, englobando temáticas de extrema importância para o aluno e despertando o seu interesse para as aulas.

A dinâmica de interação entre a escola e a família deve ser baseada em um diálogo horizontal que demonstre aos responsáveis as suas possibilidades de atuação. A escola não pode ser vista como a única encarregada pelo processo educativo, deve haver uma parceria entre as duas instituições buscando melhorias na formação integral do aluno.

Ademais, se a gestão realmente busca uma melhoria das suas práticas de ensino deve englobar no processo de tomada de decisão em espaços de participação e representação para os responsáveis e demais membros da comunidade civil que estão no entorno da instituição.

A gestão democrática é uma forma de organização administrativa que deve ser obrigatória nas escolas públicas, cabendo as instituições de ensino realizarem acordos sobre a transparência, realização de reuniões, manejamento das temáticas; de maneira que esteja tudo voltado para um processo de ensino democrático e que respeite as múltiplas visões e a diversidade.

# **REFERÊNCIAS**

BOSCHETTI, V. R.; MOTA, A. B.; ABREU, D. Gestão Escolar Democrática: Desafios e Perspectivas. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**. Santa Maria, v. 5, n. 10, p. 103-111, jul/dez, 2016.

BRENDELER, A. **Família No Contexto Escolar: Sua Participação No Processo De Aprendizagem**. 28 p. 2013. Monografia (Pós-Graduação em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Tio Hugo, 2013.

CREPALDI, E. M. F. **A importância da família na escola para a construção do desenvolvimento do aluno**. In: EDUCARE, 11. Anais. PUC-PR: Paraná, 2013.

\_\_\_\_\_\_. **A importância da família na escola para a construção do desenvolvimento do aluno.** In: EDUCARE, 13. Anais. PUC-PR: Paraná, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25972\_13983.pdf>. Acesso em: 20 mai 2023.

DANTAS, A. C. R. C. et al. Revisão integrativa da literatura: sono em lactentes que frequentam creche. **Revista Brasileira de Enfermagem,** v. 71, n. 2, 2018.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. Escola cidadã: a hora da sociedade. In: MEC. **Salto para o futuro: construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico.** Brasília: MEC, 1998, p. 22-29.

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAUJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estud. psicol. (Campinas),** Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0103-166X2010000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mai 2023.

PARO, V. A educação, a politica e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Revista educação & pesquisa**. São Paulo: v. 36, n. 3, p. 768-778, set/dez, 2010.

PICANÇO, A. L. B. **A relação entre escola e família: as suas implicações no processo de ensino-aprendizagem.** 152 p. 2012. Monografia (Mestrado em Supervisão Pedagógica) – Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2264/1/AnaPicanco.pdf>. Acesso em: 20 mai 2023.

SANTOS, L. R.; TONIOSSO, J. P. A importância da relação escola-família. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, v.1, n.1, p.122-134, 2014. Disponível em: < http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074149.pdf>. Acesso em: 20 mai 2023.

SILVA, C. R.; KAULFUSS, M. A. A importância da família na educação infantil. **Revista Fait**, 2017. Disponível em: <<http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/NWgq2JCop9F9YwD_2017-1-21-11-14-37.pdf>>. Acesso em: 20 mai 2023.

SOUSA, J. P. **A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança.** 2012. 20 p. Artigo (Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional) - Universidade Estadual Vale do Acaraú, Fortaleza, 2012.

SOUZA, S. C.; RAMOS, J. R.; SILVA, A. S. **Família e escola: uma parceria indispensável para o desenvolvimento do educando e toda a sociedade.** In: FIPED, 4. Anais. Editora Realize: Parnaíba, 2015.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico**: Uma construção coletiva. Brasília: Sindicato dos Professores do Distrito Federal, 2014.